

AGROECOLOGIA E BEM VIVER: PROMOVENDO SAÚDE COLETIVA

Agroecology and live well: promoting collective health

Agroecología y buen vivir: promoción de la salud colectiva

DOI: 10.48075/igepec.v27i1.30362

Ediane Venturin
Samanta Sparremberger Desidério
Fábio Kessler Dal Soglio

AGROECOLOGIA E BEM VIVER: PROMOVENDO SAÚDE COLETIVA

Agroecology and live well: promoting collective health

Agroecología y buen vivir: promoción de la salud colectiva

Ediane Venturin
Samanta Sparremberger Desidério
Fábio Kessler Dal Soglio

Resumo: A agroecologia é uma ciência sistêmica e integrativa entre as dimensões ecológica, econômica e social. Sua transdisciplinaridade eclode em diferentes áreas da sociedade, pois envolve conhecimentos de diversas áreas como as das ciências sociais e humanas, ciências ecológicas e agrícolas, ciências econômicas e da saúde, promovendo sustentabilidade, qualidade de vida e bem viver. Desta forma, o objetivo deste ensaio é apresentar a relevância da agroecologia e do bem viver para a saúde coletiva. Trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório e descritivo. A base de sustentação do estudo foi feita por meio da coleta de dados secundários, a partir da revisão bibliográfica. Nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e da Web of Science e Scientific Electronic Library (SciELO) das produções científicas publicadas a partir das duas últimas décadas sobre o tema agroecologia e saúde. Como principais resultados visualiza-se que a agroecologia contribui no propósito de promover uma alimentação saudável, no cuidado com o meio ambiente e na promoção do bem viver e da saúde coletiva, minimizando a ocorrência da degradação do meio ambiente, da perda de sua biodiversidade e das doenças relacionadas pelo uso indiscriminado de insumos agrícolas químicos.

Palavras-Chave: Agroecologia; saúde coletiva; bem viver, desenvolvimento sustentável.

Abstract: Agroecology is a systemic and integrative science between the ecological, economic and social dimensions, its transdisciplinarity erupts in different areas of society, as it involves knowledge from different areas such as social and human sciences, ecological and agricultural sciences, economic sciences and of health, promoting sustainability, quality of life and good living. All these elements can influence environmental preservation, the promotion of healthy and sustainable agrifood systems, and the improvement of people's quality of life. In this way, the objective of this essay is to present the relevance of agroecology and well-being for collective health. This is a qualitative exploratory and descriptive study. The support base of the study was made through the collection of secondary data, from the bibliographic review. In the databases of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes), the Virtual Health Library (BVS) and the Web of Science and Scientific Electronic Library (SciELO) of the scientific productions published from the last two decades on the subject agroecology and health. As main results it is visualized that agroecology contributes to the purpose of promoting healthy eating, caring for the environment and promoting good living and collective health, minimizing the occurrence of environmental degradation, the loss of its biodiversity and diseases related to the use indiscriminate use of chemical agricultural inputs.

Key-words: Agroecology; collective health; live well, sustainable development.

Resumen: La agroecología es una ciencia sistémica e integradora entre lo ecológico, económica y social, su transdisciplinariedad irrumpe en diferentes ámbitos de la sociedad, pues implica conocimientos de diferentes áreas como las ciencias sociales y humanas, las ciencias ecológicas y agricultura, economía y ciencias de la salud, promoviendo la sostenibilidad, la calidad de vida y el buen vivir. Todos estos elementos pueden influir en la preservación del medio ambiente, la promoción de productos agroalimentarios saludables y sostenibles, en la mejora de la calidad de vida de las personas. De esta forma, el objetivo de este ensayo es presentar la relevancia de la agroecología y el bienestar para la salud pública. Se trata de un estudio cualitativo exploratorio y descriptivo. La base de sustentación del estudio se realizó a través de la recolección de datos secundarios, a partir de la revisión bibliográfica. En las bases de datos de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (Capes), la Biblioteca Virtual en Salud (BVS) y la Web de la Ciencia y la

Biblioteca Electrónica Científica (SciELO) de las producciones científicas publicadas en las últimas dos décadas sobre el tema agroecología y salud. Como principales resultados se visualiza que la agroecología contribuye al propósito de promover una alimentación saludable, cuidar el medio ambiente y promover el buen vivir y la salud colectiva, minimizando ocurrencia de degradación ambiental, pérdida de su biodiversidad y enfermedades relacionados con el uso indiscriminado de insumos agrícolas químicos.

Palabras- Clave: Agroecología; salud pública; vivir bien; desarrollo sostenible.

INTRODUÇÃO

Um consenso global nas últimas décadas sobre a realidade dos impactos das atividades econômicas extrativistas na biosfera tem demonstrado a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento agrícola para garantir uma produção sustentável de alimentos, que promova segurança alimentar e que seja capaz de erradicar a pobreza, protegendo o meio ambiente e os recursos naturais (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

A aproximação entre saúde e agroecologia é importante por vários motivos. Vive-se um momento de gravidade das crises democrática, social, sanitária e ecológica não só no Brasil, mas em todo o mundo. O período atual apresenta diversos desafios contraditórios desde o neoliberalismo à globalização de fluxos financeiros e mercadorias. A tensão de disputas geopolíticas internacionais está reforçando um sistema agroalimentar condutor do consumo de agrotóxicos e transgênicos, promovendo a redução da biodiversidade, e uma síndrome de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. As conquistas da reforma sanitária, como a compreensão ampliada de saúde, a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) e diversos grupos de pesquisa na saúde coletiva, fazem parte das conquistas pós-redemocratização no Brasil que atualmente se encontram intensamente ameaçadas por processos de austeridade, privatização e desregulamentação (BURIGO; PORTO 2019).

A agroecologia surge como uma alternativa a fim de mudar esse cenário e orientar um desenvolvimento sustentável da agricultura, visando alcançar alguns objetivos, como: manter os recursos naturais e a produção agrícola; minimizar os impactos ao meio ambiente; adequar ganhos econômicos (viabilidade e eficiência); satisfazer as necessidades humanas; e responder às necessidades sociais e financeiras das famílias e comunidades rurais (saúde pública, educação, etc.) (ALTIERI; NICHOLLS, 2000). Essa alternativa se contrapõe diretamente ao modelo capitalista de exploração e expropriação, vigente na atualidade.

A produção do alimento agroecológico ocupa diferentes redes de sentido, trazendo um conceito maior de saúde, envolvendo um significado amplo de bem-estar que se completa na tomada de consciência em relação à necessidade de integração do ser humano, a sociedade e a natureza, trazendo discussões em que o alimento é referido como comida de verdade, potencialmente rica em significados que potencializam um olhar para a alimentação que transcende o meramente biológico e nutricional (GIORDANI; BEZERRA; ANJOS, 2017). Se levarmos em conta as diferentes culturas humanas, verifica-se que, para muitos povos tradicionais, são indissociáveis esses conceitos, por fazerem parte de um mesmo organismo, a mãe Terra.

A agroecologia é uma ciência sistêmica que integra de maneira transdisciplinar as dimensões ecológica, econômica e social, influenciando diferentes áreas da sociedade, pois promove a construção do conhecimento com base em diferentes saberes e em diversas áreas científicas, como as ciências sociais, humanas, ecológicas, agrícolas, econômicas e da saúde, promovendo sustentabilidade, qualidade de vida e bem viver (WEZEL; BELLON; DORÉ; VALLOD; DAVID, 2009).

O conceito de Bem Viver nasce na América Latina, a partir das bases culturais dos povos originários da América do Sul e dos movimentos indígenas no continente, a fim de recuperar as referências locais, considerando a relação do ser humano com a diversidade e a harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes. São conceitos revolucionários que provocam rupturas

nas conhecidas tradições ocidentais, na racionalidade da vida e na visão predominante das maneiras de viver nas sociedades industrializadas. O Bem Viver traz concepções de bem-estar e saúde, que, por sua vez, são interdependentes com a alimentação humana (GIORDANI; BEZERRA; ANJOS, 2017) e, portanto, possui relação profunda com a agroecologia.

Altieri (2009) faz uma comparação entre as tecnologias da revolução verde e da agroecologia com relação às características ambientais, demonstrando os respectivos impactos e riscos à saúde. Na agricultura química, convencional ou tecnificada, resultante da revolução verde, os riscos são de médios a altos, sendo alguns deles a contaminação química, intoxicações, erosão do solo e genética, redução da biodiversidade, salinização, resistência das pragas aos agrotóxicos, entre outros. Além disso, existem os riscos de intoxicação física para quem aplica os agrotóxicos por meio do preparo, aplicação e manuseio, como também existem riscos de intoxicação alimentar para quem consome os alimentos produzidos nesse modelo, pois sempre há resíduos de produtos químicos. O modelo de produção agroecológico, por outro lado, propicia um risco muito baixo, uma vez que não utiliza produtos químicos potencialmente tóxicos, o que é positivo tanto para quem produz quanto para quem consome (ALTIERI, 2009).

As contradições do modo de produção capitalista de se fazer agricultura voltada para o mercado, visando essencialmente o lucro, faz surgir movimentos de resistência como a agroecologia. Isso, em parte, é resultado dos processos dialéticos de resistência histórica de camponeses que não se sujeitam à lógica de reprodução do capital e promovem a transformação ampliada da vida ancorada em conhecimentos tradicionais, mediados pelo trabalho no campo. A relação orgânica entre a agricultura camponesa e agroecologia vem se tornando uma referência fundamental para se pensar a reconstrução ecológica da agricultura no mundo, desde um referencial político e epistemológico vinculado ao polo do trabalho (FERRARI; OLIVEIRA, 2019).

Tanto a saúde coletiva quanto a agroecologia são entendidas como campos de conhecimentos e práticas que contam com comunidades epistêmicas articuladas a políticas públicas e a instituições. Os objetos de produção de conhecimentos e de práticas para as duas comunidades são de grande relevância e se relacionam para qualquer sociedade: na saúde coletiva, os processos como as pessoas vivem, adoecem e morrem atravessados por dimensões sociais, ambientais e políticas; na agroecologia, as questões agrárias e agrícolas voltadas à produção e à qualidade dos alimentos para a segurança e soberania alimentar, em agroecossistemas sustentáveis em harmonia com os povos que neles vivem e produzem (BURIGO; PORTO, 2019).

O objetivo deste ensaio é apresentar a relevância da agroecologia e do conceito de Bem Viver para a saúde coletiva. O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A base de sustentação para o estudo foi feita por meio da coleta de dados secundários, a partir da revisão bibliográfica, para a compreensão da interconectividade entre a agroecologia e a saúde coletiva. O levantamento dos dados foi realizado a partir de livros, revistas, dissertações, teses, trabalhos acadêmicos, artigos e sites de órgãos públicos e privados. Nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e da *Web of Science* e *Scientific Electronic Library* (SciELO) das produções científicas publicadas a partir das duas últimas décadas sobre o tema agroecologia e saúde. Por meio da análise qualitativa, procurou-se dar sentido aos dados coletados das fontes selecionadas, correlacionando-os às informações obtidas com o tema proposto.

Além dessa introdução, o texto está dividido em mais três seções e as considerações finais. A primeira sessão traz as origens da agroecologia, seus conceitos e história. A segunda traz os conceitos da saúde coletiva. A terceira sessão busca relacionar os dois conceitos e demonstrar como estão intrinsecamente conectados e que, se abordados em conjunto, têm um grande potencial para promover qualidade de vida, pensando de que forma podem contribuir para o Bem Viver.

2 – A PERSPECTIVA SISTÊMICA DA AGROECOLOGIA

A agroecologia pode ser compreendida como ciência, como prática e como movimento social, oriunda do campo transdisciplinar que envolve quatro áreas sociais: o científico, o dos movimentos sociais, o governamental e o educacional (GLISSMAN, 2018; NORDEN; LAMINE; BELLON; BRANDENBURG, 2016). O foco principal da agroecologia é o estudo da sustentabilidade do sistema alimentar numa perspectiva ecológica, sustentada por um entendimento holístico e sistêmico, voltada para a compreensão dos processos de transformação dos ecossistemas para a produção dos alimentos, que perpassa as relações socioeconômicas, transformando a agroecologia em uma ciência sistêmica e complexa, envolvendo as inter-relações entre as pessoas, os animais e a natureza (GLIESSMAN, 2018; ROSSET; ALTIERI, 2018; ALTIERI, 2009).

O termo agroecologia surgiu a partir do século XX, introduzido por Bensing, agrônomo russo, que adotou a palavra para apresentar a utilização de técnicas ecológicas em pesquisas agrícolas. Na década de 1930, a agroecologia passa a ser considerada uma disciplina científica, oriunda da interdisciplinaridade das áreas da agronomia, ecologia, zoologia, botânica/fisiologia vegetal, integrando os princípios agrários, ambientais e socioeconômicos (WEZEL; BELLON; DORÉ; VALLOD; DAVID, 2009).

Entre as décadas de 1960 e 1970, a agroecologia se junta ao movimento ambientalista, contestando o sistema agroalimentar moderno pautado pela Revolução Verde, que expandiu e intensificou o uso de tecnologias e a mecanização da agricultura, principalmente pela difusão indiscriminada do uso de insumos agrícolas químicos para a produção em grande escala de alimentos, industrializando a agricultura (WEZEL; BELLON; DORÉ; VALLOD; DAVID, 2009).

No entanto, a partir da década de 1970, a agroecologia além da sua definição como disciplina científica, gradualmente passa a emergir como um movimento e, a partir da década de 1980, como um conjunto de práticas. Dessa maneira, a agroecologia pode ser definida e compreendida por diferentes vias do conhecimento e campos de atuação, sendo difundida principalmente pelos pesquisadores americanos Miguel Altieri e Stephen Gliessman (WEZEL; BELLON; DORÉ; VALLOD; DAVID, 2009; IPEA, 2017).

Segundo Gliessman (2009), a crise socioeconômica e socioambiental oriunda do modelo convencional tem determinado mudanças de paradigmas nos processos de produção agrícolas, direcionando-se a um processo de transição agroecológica. A abordagem agroecológica abarca uma extensa linha de inter-relações com a sustentabilidade, com a preservação e a ampliação da biodiversidade, com a valorização e a perpetuação dos conhecimentos tradicionais locais, com a segurança e a soberania alimentar, promovendo a transição dos sistemas agroalimentares

insustentáveis para sistemas agroalimentares de base agroecológica como meio para o desenvolvimento rural sustentável (ROSSET; ALTIERI, 2018; IPEA, 2017; ALTIERI, 2009).

Os objetivos que envolvem a agroecologia são o fortalecimento da segurança alimentar, a erradicação da pobreza, a conservação e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, proporcionando o desenvolvimento de uma agricultura ecológica diversificada, íntegra, inclusiva, resiliente, justa, solidária, segura e sustentável, melhorando os processos produtivos, gerando qualidade de vida e bem-estar (ROSSET; ALTIERI, 2018; ALTIERI, 2009). As práticas e princípios da agroecologia estão fixados nos saberes e práticas acumulados na agricultura camponesa e indígena em todo o mundo. Especialistas de diferentes partes do mundo reconhecem o valor das práticas e dos conhecimentos tradicionais indígenas com meios para lidar com as crises complexas que possam surgir (mudanças climáticas, catástrofes, contaminações de solo e água, extinção de espécies da flora e fauna, doenças, pandemias, etc.) (ROSSET; ALTIERI, 2018).

A agroecologia envolve o estudo holístico dos agroecossistemas que estão inter-relacionados com os elementos ambientais, animais e humanos. Estes podem ser definidos como grupos de plantas e animais interagindo com o ambiente físico e químico do qual estão inseridos, que são modificados pelos humanos para a produção de alimentos, combustíveis, fibras, entre outros processos para consumo. A agroecologia visa atuar juntamente com a complexidade da interação entre os sistemas ecológicos e agroecossistemas, visando o gerenciamento dos impactos socioambientais nocivos à sociedade e buscar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável pautada pelos princípios agroecológicos (ALTIERI, 2009, WEZEL; BELLON; DORÉ; VALLOD; DAVID, 2009).

Segundo Altieri (2009), a agroecologia está orientada pelos seguintes princípios: aumentar a reciclagem de biomassa e otimizar a disponibilidade e o fluxo equilibrado de nutrientes; garantir condições de solo favoráveis ao crescimento das plantas, principalmente através do manejo da matéria orgânica e do aumento da atividade biótica do solo; minimizar as perdas devido aos fluxos de radiação solar, ar e água através da gestão do microclima, captação de água e gestão do solo através do aumento da cobertura; diversificar específica e geneticamente o agroecossistema ao longo do tempo e espaço e aumentar as interações biológicas e sinergias entre os componentes da biodiversidade promovendo os principais processos e serviços ecológicos (p.72).

Os princípios citados podem proporcionar variadas formas de interferência na produtividade, na estabilidade e na resiliência das propriedades que adotarem o manejo agroecológico de acordo com as condições ambientais e socioeconômicas de cada local, dependendo da disponibilidade de recursos ambientais e do mercado. A agroecologia tem como finalidade otimizar os processos agroecológicos, aumentando a eficácia biológica e mantendo a capacidade produtiva e autossuficiente dos agroecossistemas (ROSSET; ALTIERI, 2018; ALTIERI, 2009).

A conservação e manutenção da biodiversidade por meio de práticas agroecológicas incluem a reciclagem de nutrientes, o controle biológico de pragas, a regulação dos organismos indesejáveis, o controle do microclima local, a conservação da água e do solo por meio da desintoxicação e pelo não uso de produtos químicos nocivos à biodiversidade (ALTIERI, 2009; GLIESSMAN, 2009). A agroecologia oferece um caminho diferenciado do convencional, fornecendo os princípios sobre como gerenciar sistemas agrícolas mais resilientes a crises futuras por surtos de pragas, pandemias, perturbações climáticas ou colapsos, além de promover a restauração de ambientes degradados (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

A agroecologia desenvolveu-se na transdisciplinaridade dos campos científicos e tecnológicos, abrangendo distintas áreas do conhecimento, impulsionando a criação de novos instrumentos metodológicos direcionados para a produção de conhecimentos, valorizando e promovendo os saberes tradicionais locais dos agricultores e agricultoras, vinculando-os com os saberes científicos (PETERSON; DAL SOGLIO; COPORAL, 2009). A agroecologia visa à promoção do desenvolvimento de uma agricultura sustentável, que proporcione sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação da biodiversidade, preservação dos recursos naturais, valorização dos conhecimentos tradicionais locais, oportunizando o desenvolvimento de sociedades mais equitativas, justas, solidárias e sustentáveis, combatendo a pobreza, a fome e a degradação ambiental (ALTIERI, 2009; GLIESSMAN, 2009; WEZEL; BELLON; DORÉ; VALLOD; DAVID, 2009).

A agricultura ecológica tornou-se um movimento mundial apoiado por camponeses, agricultores, ativistas, cientistas, entre outros, que visam garantir a soberania alimentar, a reforma agrária, o estabelecimento de modelos cooperativos, a proteção da biodiversidade, contribuindo para a criação de sistemas alimentares equitativos. Segundo Altieri e Nicholls (2020, p.894): “comer é um ato ecológico e político”, sendo que, quando os consumidores valorizam e apoiam os agricultores, acabam desenvolvendo sustentabilidade e resiliência socioecológica.

O diálogo entre os campos da saúde e da agroecologia, nas duas últimas décadas, tem sido objeto de estudo de ambos às áreas. A interdisciplinaridade que atravessa os dois campos, mostra a necessidade de explorar a forma como a agroecologia está sendo apropriada nos diferentes estudos científicos em saúde coletiva, ampliando e fortalecendo a disseminação do conhecimento sobre as temáticas (SOARES; OLIVEIRA; MORAES, 2022).

3 – SAÚDE COLETIVA

A saúde coletiva surgiu no Brasil a partir da segunda metade do ano de 1950, tendo suas raízes na medicina preventiva e na medicina social. Há uma fase que se estende por cerca de quinze anos e que se denomina de pré-saúde coletiva, que foi marcada pela instauração do projeto preventivista. A segunda fase, até o final dos anos 1970, não isola os ideais do preventivismo, mas reforça a perspectiva de uma medicina social. A partir de 1980, passou-se a ter uma crítica maior realizada à medicina preventiva quando ocorreu uma aproximação teórico-conceitual com a medicina social, evoluindo a estrutura da saúde coletiva, enquanto, campo científico e também com a valorização de conhecimentos tradicionais, comprometidos com o saber e a prática (SOUTO; OLIVEIRA, 2016; NUNES, 1994).

O acúmulo de experiências e o exercício crítico e político estão nas bases dessa ideia que vai se fortalecendo na medida em que encontra nas práticas teóricas o solo que a fundamenta. Assim a área da saúde coletiva se estruturou como corrente de pensamento, movimento social e prática teórica (NUNES, 1994), tendo uma proximidade muito grande com o pensamento agroecológico.

A saúde coletiva compreendida como campo interdisciplinar produz saberes e conhecimentos sobre “saúde”, em que diferentes áreas do conhecimento se integram e se complementam na apreensão das “práticas e saberes em saúde”. Abarca quatro objetos principais de intervenção: as políticas (modos de distribuição de poder); as práticas (mudanças de comportamento, cultura, instituições; as produções de conhecimentos; as práticas institucionais, profissionais e relacionais); as técnicas (organização e regulação dos recursos e processos produtivos); e instrumentos (modos de produção da intervenção) (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998).

Com o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), que surgiu na década de 70, constituiu-se um processo de amplas mobilizações da sociedade brasileira pela redemocratização, expressando a indignação da sociedade frente às desigualdades, à mercantilização da saúde e configurou-se como ação política, tendo como propósito a saúde como direito universal para todos os cidadãos (SOUTO; OLIVEIRA, 2016).

A atividade do Movimento MRSB resultou na criação no Sistema Único de Saúde - o SUS, regulamentado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Em que em seu artigo segundo, o documento afirma que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Deve ainda o Estado garantir a todos um acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. No seu artigo terceiro estão os fatores determinantes e condicionantes da saúde: alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e acesso a bens e serviços essenciais (SOUTO; OLIVEIRA, 2016; BRASIL, 1990).

O campo da saúde coletiva vem possibilitando a emergência de múltiplos conhecimentos e de uma justiça cognitiva pelo exercício real de uma ecologia de saberes¹, promovendo visibilidade de outros saberes, como os saberes populares dos povos tradicionais, constituindo-se um movimento de resistência e construção de alternativas frente ao projeto de uma globalização neoliberal excludente e monocultural (SOUTO; OLIVEIRA, 2016). O foco passa a ser a promoção de saúde e a prevenção, ao invés do mero combate a doença.

A saúde coletiva valoriza práticas e saberes produzidos coletivamente e abre caminho para uma justiça cognitiva ao se contrapor à distribuição não equitativa de conhecimentos, em suas múltiplas formas, a projetos tanto de apropriação privada de conhecimentos e saberes como sua desqualificação e eliminação desses saberes (SOUTO; OLIVEIRA, 2016).

4 – AGROECOLOGIA, SAÚDE COLETIVA e BEM VIVER

A agroecologia implica uma profunda transformação na relação do homem com o ambiente, pois envolve um sistema de produção que renova os significados dos elementos da natureza, da energia e das várias dimensões do sistema. Além disso, produz diversos outros sentidos sobre os alimentos, sobre o trabalho, lucro, modos de ser e existir. A produção do alimento agroecológico aciona diferentes redes de sentido, como a integração e a dependência com o espaço; o conceito ampliado de saúde, que envolve um bem-estar que se completa na tomada de consciência em relação à necessidade de integração sociedade-natureza. Dessa maneira, a alimentação resgata e reflete uma ligação primordial do ser humano com a natureza e sua posição genuína de dependência e cuidado para com o planeta. Nas discussões em que o alimento é referido como comida de verdade, apresentam-se significados que extrapolam a função biológica e nutricional (GIORDANI; BEZERRA; ANJOS, 2017).

¹ A ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao saber propositivo. Seu espaço é no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, combinando o conhecimento científico com o conhecimento popular, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles. A ecologia de saberes assenta na independência complexa entre os diferentes saberes que constituem o sistema aberto de conhecimento em processo constante de criação e renovação. Nesse sentido o conhecimento é interconhecimento, reconhecimento e autoconhecimento (SOUTO; OLIVEIRA, 2016).

O diálogo entre os campos da saúde e da agroecologia começa a acontecer pouco a pouco, a partir de iniciativas de movimentos sociais ligados à agroecologia, como na ocasião do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo em 2011, quando inicia o fortalecimento de importantes alianças políticas entre redes da sociedade civil (SOARES; OLIVEIRA; MORAES, 2021).

Soares; Oliveira e Moraes (2021) trazem evidências de um movimento importante e crescente nas discussões sobre agroecologia dentro da saúde coletiva, com base nos artigos que analisou em sua pesquisa, percebeu que estavam mais direcionados em torno de certos temas e paradigmas como nutrição e segurança alimentar e nutricional, riscos e agravos associados ao uso de agrotóxicos e promoção da saúde.

Na tese de Siliprandi (2009), o estudo mostra a ligação que as mulheres fazem da agroecologia com os temas da saúde, nos quais essas ligações passam por três questões principais: vínculos entre a alimentação adequada e a proteção à saúde das pessoas; revitalização do uso de plantas medicinais e de outras práticas de medicina natural; e pelo combate ao uso de agrotóxicos, em conjunto com outras medidas de saneamento ambiental, em ações que extrapolam a preocupação com a saúde humana e abrangem mais amplamente o meio natural onde as pessoas vivem e trabalham.

Bons alimentos são fundamentais para manter uma boa saúde. Entretanto, nas últimas décadas, mudanças significativas estão acontecendo nos sistemas alimentares globais. Impactos nocivos como a insegurança alimentar, as doenças crônicas, a degradação ambiental, a instabilidade econômica e a perda de conhecimentos tradicionais afetam de forma desigual as diferentes sociedades em todo o mundo e estão abalando a saúde e bem-estar da população global (FIOCRUZ, 2019).

A produção de alimentos vinculada à agricultura industrial dominada pelas monoculturas dependentes de insumos não agrícolas e a criação de animais em grande escala, que faz uso indiscriminado de antibióticos para o seu desenvolvimento, podem causar grandes riscos à saúde humana e à do ecossistema. Inúmeros patógenos mortais têm surgido e reemergido devido ao meio como é praticada a agropecuária, tais como: H5N1-Influenza Aviária Asiática, H5N2, múltiplas variantes da gripe suína (H1N1, H1N2), Ebola, Campylobacter, vírus Nipah, Febre Q, hepatite E, Salmonella enteritidis, febre aftosa, variedades de gripe e mais recentemente a pandemia do COVID-19 (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

A pandemia do COVID-19 alerta que esses tipos de surtos de patógenos estão ocorrendo com maior frequência em nosso meio e continuarão afetando a população e os sistemas agroalimentares a nível mundial. Além disso as monoculturas em grande escala provocam a degradação dos ecossistemas e a perda da biodiversidade, aumentando as possibilidades de surgimento de novas doenças e a reemergência de patógenos anteriormente encaixotados em ambientes naturais se espalharem para os animais e seres humanos (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

O sistema alimentar baseado na produção industrial que expulsa, expropria, contamina e mata também difunde e impulsiona uma alimentação baseada em produtos ultraprocessados de alta densidade energética com elevadas concentrações de açúcares e gorduras, pobre em micronutrientes e de baixo custo, causando doenças relacionadas com obesidade e desnutrição. Nesse sentido, estamos em uma Síndemia global, com três epidemias (desnutrição, obesidade e mudanças climáticas) ocorrendo simultaneamente. Tais epidemias vêm afetando significativamente a saúde humana e do ambiente ao longo das últimas décadas, sendo que obesidade e desnutrição, associadas a outras comorbidades, têm sido responsáveis por 19% do

adocimento e das mortes prematuras no mundo (PAULA; BEZERRA; PAULA, 2022).

A relação entre exposição a agrotóxicos e o desenvolvimento de câncer tem sido estudada por pesquisadores de diversos países, trazendo dados epidemiológicos internacionais que suportam forte associação entre a exposição ocupacional e ambiental aos agrotóxicos e o desenvolvimento de alguns tipos de câncer adulto e infantil, como leucemias, câncer de mama, câncer de próstata, câncer de bexiga, câncer de cérebro, entre outros. O Câncer, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) é a segunda causa de óbitos da população no mundo, sendo um grave problema de saúde pública, que vem aumentando ao longo dos anos, afetando, principalmente, países da África, da Ásia e da América Latina. Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer estima-se que, no triênio 2020-2022, ocorreram 625 mil casos novos anualmente de câncer no Brasil (SARPA; FRIEDRICH, 2022).

Os impactos negativos dos atuais sistemas alimentares na saúde atingem desproporcionalmente a população mais vulnerável, principalmente os países mais pobres, que são agravados pelas mudanças climáticas, pobreza, desigualdade, saneamento precário e a dominante discrepância entre a produção e o consumo de alimentos. A situação piora com o desperdício. Sistemas alimentares que promovam saúde e bem-estar em médio e longo prazo são essenciais de serem desenvolvidos. A transformação a partir da agroecologia seria o caminho para uma mudança efetiva nos sistemas alimentares atuais, pois ela trabalha de forma sistêmica, integrada, multifacetada e holística com diferentes áreas da saúde coletiva (nutrição, medicina, enfermagem, psicologia, epidemiologia, socioeconômica, ambiental, demográfica, cultural, política e outras), proporcionando sistemas alimentares renováveis, saudáveis, equitativos, plurais, interconectados e sustentáveis baseados na prevenção e promoção da saúde (FIOCRUZ, 2019).

Ao mudarmos os sistemas alimentares, com vista a melhorar a qualidade da nutrição e a saúde das pessoas, obtém-se um reflexo positivo sobre a pressão da agricultura sobre o ambiente. Como exemplo, com a diminuição do consumo de carne, que tem causado uma epidemia de doenças cardíacas e AVCs em todo o mundo, poder-se-ia reduzir a ocupação das terras cultiváveis com soja e reduzir a pressão para desmatar grandes áreas para criar gado (DAL SOGLIO, 2016). Substituindo o consumo excessivo de carne, e outros produtos que usam muita área e muitos agrotóxicos, por plantio de verduras e frutas, criar-se-ia mais empregos, mais possibilidades de manejo ecológico e melhorariamos a saúde coletiva. Nesse sentido, a conversão para sistemas agroecológicos de produção de alimentos nessas condições poderia atender não apenas às necessidades de alimentação atuais, como também às do futuro, bem como prover uma alimentação mais saudável e, ao mesmo tempo, conservar o planeta Terra (DAL SOGLIO, 2016).

Outro ponto, relevante a ser destacado seria a importância da realização de estudos que abordassem os impactos positivos dos sistemas agroalimentares sustentáveis, com foco nas abordagens agroecológicas, demonstrando a importância da biodiversidade para a produtividade agrícola e os benefícios dos produtos ecológicos para a saúde humana. É necessário documentar e divulgar o potencial dos sistemas alimentares alternativos para a sociedade. Dessa forma, poderá ser realizada a mensuração dos ganhos de produtividade, da equidade social e dos benefícios à saúde, fortalecendo os rendimentos com base na reabilitação de ecossistemas, construir sistemas nutricionais baseados no acesso a alimentos diversos e promover a redução das desigualdades sociais (FIOCRUZ, 2019).

A disseminação de estudos sobre agroecossistema sustentável oportuniza refletir, agir e transformar sociedades por meio da agroecologia enquanto prática,

ciência e movimento, o que incentiva a busca por conhecimento e desenvolvimento de processos alternativos de resistência que promovam a saúde das pessoas e do planeta.

A dinamicidade da sociedade que se organiza em movimentos/coletivos sociais ilustra como a agroecologia é dinâmica e interdisciplinar, e como se faz interessante e oportuna a interação entre esses espaços de discussão, socialização e fortalecimento do conhecimento agroecológico inter-relacionando-os com os múltiplos contextos da sociedade. Por isso, a agroecologia é considerada uma ciência prática, que envolve diferentes técnicas e conhecimentos desenvolvidos por diferentes povos, grupos, comunidades do campo e da cidade que vão se transformando ao longo do tempo, mas principalmente que transformam os seres humanos (BEZERRA; SOUSA; BARROS, 2020).

No campo da agroecologia, a premissa é que o conhecimento não é construído apenas pelo saber científico, mas também pelo conhecimento dos agricultores familiares e povos tradicionais, juntamente com a complexidade das relações socioambientais e socioeconômicas que envolvem os agrossistemas para melhor compreensão dos territórios, proporcionando novas descobertas com o manejo ecológico (KLOCK FILHO; GODOY; MARINI, 2016). A agroecologia é multidimensional, não atendendo somente aos aspectos do processo produtivo. Também considera os elementos culturais, econômicos, sociais, éticos e ambientais, o que torna complexa, possibilitando a continuidade de existência dos agricultores familiares, a preservação dos ecossistemas, o respeito às culturas e a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional (RODE; STOFFEL; RAMBO, 2021).

Segundo Acosta (2016) o Bem Viver é um conceito em construção, uma forma de organizar e estabelecer novos meios de vida, de maneira coletiva e livre de preconceitos. O “Bem Viver supõe uma visão holística e integradora do ser humano” (ACOSTA, p. 83, 2016), em que o homem faz parte da natureza. Sendo assim, proporcionaria melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio das relações familiares, educação, trabalho, costume e ambiente (DIECDICH; BIONDO; BULHÕES, 2021). A ideia de o Bem Conviver busca promover o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as múltiplas maneiras de viver coletivamente, com respeito à diversidade e à natureza (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

Para pensar o Viver Bem como uma proposta alternativa de vida que promova saúde, é necessário buscar outras formas de economia, baseadas na solidariedade e na sustentabilidade. Assim, os seres humanos poderão se enxergar como parte de um todo harmônico com a natureza e com os demais seres humanos, respeitando a alteridade de cada pessoa e a diversidade cultural, com reciprocidade e complementariedade, proporcionando sociedades mais justas, equitativas e democráticas (DIECDICH; BIONDO; BULHÕES, 2021; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017; ACOSTA, 2016).

O Bem Conviver propõe uma retomada dos conhecimentos dos povos tradicionais como um projeto emancipador, de lutas e resistência para estabelecer democraticamente sociedade sustentáveis, como uma aliança para a preservação da vida no planeta. Neste sentido, observa-se uma aproximação com a agroecologia, que promove os conhecimentos e as práticas dos povos tradicionais, o respeito pela biodiversidade e o cuidado com o sistema de regeneração da Terra (DIECDICH; BIONDO; BULHÕES, 2021).

A relação entre os paradigmas do Bem Viver e da agroecologia estão interligados com a melhoria da qualidade de vida das pessoas (alimentação, habitação, trabalho, etc.), em que se reconhece o processo histórico de cada povo. Demanda um enfoque na soberania alimentar, no resgate dos conhecimentos tradicionais, da ancestralidade e no reconhecimento do meio ambiente como um sistema vivo e complexo, detentor de direitos (BRANDÃO; DELLAI, 2018; DIECDICH; BIONDO; BULHÕES, 2021).

A agroecologia, ao despertar processos que visam ao equilíbrio, à diversificação, à valorização de potências internas, à integração e à resiliência, faz emergir uma nova relação com o alimento, ao qual se faz geradora de saúde em um sentido mais amplo de cuidado e conexão com a natureza. São possibilidades de manutenção da vida mais duradouras e baseadas em referências locais. A agroecologia e sua articulação com o conceito de Bem Viver, bem como seu desdobramento na alimentação, trazem sentidos múltiplos do que é o saudável, sob uma perspectiva de continuidade e durabilidade das vidas no planeta (GIORDANI; BEZERRA; ANJOS, 2017).

O Guia Alimentar para a população Brasileira (BRASIL, 2014), traz a importância do consumo de alimentos de base agroecológica, para a saúde e o meio ambiente. Além disso, salienta que a partir da agroecologia podemos ter um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável.

Nesse sentido, a agroecologia com seu potencial, de promover sistemas agroalimentares sustentáveis de forma holística, vem estabelecendo outra conexão na relação entre sociedade e natureza, tornando - se o caminho que permite bem alimentar e nutrir as pessoas e assim, cuidando da saúde humana (BEZERRA; JACOB; WEISS, 2021).

A agroecologia é fundamental à manutenção da vida, tornando-se uma resposta global a esse clima de instabilidade, oferecendo uma abordagem única para atender a aumentos significativos em nossas necessidades alimentares do futuro, garantindo a permanência da vida e que ninguém seja deixado para trás (FAO, 2019). A agroecologia une os povos à natureza, estabelecendo uma conexão de saúde, vida e bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a agroecologia contribui para o propósito de promover uma alimentação saudável, para o cuidado com o meio ambiente e para a promoção do bem viver e da saúde coletiva, minimizando a ocorrência da degradação do meio ambiente, da perda de sua biodiversidade e das doenças relacionadas ao uso indiscriminado de insumos agrícolas químicos.

A agroecologia mostra-se como caminho para enfrentar o atual sistema alimentar que ocasiona doenças, desigualdades, violências, iniquidades, exploração do homem e da natureza e mortes. A agricultura ecológica compreendida enquanto ciência procura investir no desenvolvimento de um conhecimento interdisciplinar que proporcione uma visão crítica e transformadora, pautada pela visão sistêmica e holística na promoção de uma sociedade justa, equitativa, solidária e sustentável.

E, enquanto movimento social a pauta agroecológica abrange os mais diversos povos e etnias, dos campos, das cidades, das águas e das florestas, na promoção das práticas agroecológicas desenvolvidas por esses grupos que nos ensinam e nos mostram por meio de evidências que a agroecologia é o caminho a ser percorrido para que a humanidade tenha um futuro promissor e que as pessoas possam viver com saúde e bem-estar.

Saúde em seu sentido mais amplo, é tido ao vivenciar a agroecologia. O homem necessita de uma relação próxima com a natureza, precisa de um alimento que proporcione nutrientes para seu corpo, demanda segurança alimentar e nutricional o qual é promovida pela agricultura ecológica.

De modo geral, a complexidade que permeia os campos da agroecologia e da saúde coletiva, com as distintas formas de compreensão da inter-relação entre as duas áreas demonstram que a construção do saber está em elaboração. As primeiras publicações científicas que englobam os dois campos citados começaram a ser produzidas a partir dos anos 2000 (BURIGO; PORTO, 2019). O que pode ser considerado como um efeito limitante nas discussões deste estudo seria a incipiente produção científica.

Salienta-se a importância de pesquisas no âmbito do campo agroecológico e saúde coletiva, buscando-se avançar no fortalecimento da agroecologia enquanto ciência, prática e movimento. Trazendo evidências do quanto precisa-se unir forças a esse movimento forte, resistente e sistêmico chamado agroecologia, que permeia as mais profundas conexões de vida.

REFERÊNCIAS:

ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016. 264p.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, UFPR, v. 40, p. 231-251, 2017.

ALTIERI, M. A. El estado del arte de la agroecología: revisando avances y desafíos. In: ALTIERI, M. A. *Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones*. Medellín: SOCLA, 2009, p. 364, 2009.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Bases agroecológicas para una agricultura sustentable. In: ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. *Agroecología: Teoría e práctica para una agricultura sustentable*. Mexico: PNUMA, 2000 p. 250.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology and the reconstruction of a post-COVID-19 agriculture. *The Journal of Peasant Studies*, v. 47, n. 5, p. 881-898, 2020.

BEZERRA, I.; SOUSA, R. P.; BARROS, F. B. A pandemia da Covid-19 e seus efeitos à saúde e ao ambiente: a agroecologia como caminho necessário. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v.15, n. 4, p. 01-03, 2020.

BEZERRA, I.; JACOB, M.; WEISS, V. P. A. Mulheres, agroecologia, alimentação e nutrição: caminhando juntas pela soberania alimentar. In: MOTA, D. M. SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. *Soberania alimentar Biodiversidade, cultura e relações de gênero*. Brasília, DF: Embrapa, 2021.

BRANDÃO, J. D.; DELLAI, W. Bem viver e agroecologia emergência epistêmica à práxis descolonial. *Cadernos de Agroecologia – Anais do VICLAA, X CBA e VSEM* DF, v. 13, n.1, p. 1-6, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: MS, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica.* – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156p.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. *Ensaio. Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 8, p. 248-262, 2019.

DAL SOGLIO, F. K. A agricultura moderna e o mito da produtividade. Desenvolvimento. In: *Agricultura e sustentabilidade*. DAL SOGLIO; KUBO (Orgs.), coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 206p.

DIEDRICH, G. E.; BIONDO, E.; BULHÕES, F. M. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. Colóquio – *Revista do Desenvolvimento Regional* – Faccat – Taquara/RS, v. 18, n. 3, p. 230-255, 2021.

GIORDANI, R. C. F. BEZERRA, I.; ANJOS, M de. C. R dos. Semeando agroecologia e colhendo nutrição: rumo ao bem e bom comer. In: SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F de; MATTOS, L. M de; AVILA, M. L de; SPINOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M da. A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. 463p.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *The 10 elements of agroecology: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems*. Rome: FAO, 2019.

FERRARI, E. A.; OLIVEIRA, M. M. Educação do Campo e Agroecologia: possibilidades de articulação a partir da identidade e diversidade em suas concepções e práticas. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, v. 4, n. e6701, p. 1-25, 2019.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. *Caderno de estudos: saúde e agroecologia*. Vol. 1. BURIGO, A. C. (Org.). Rio de Janeiro: FIOCRUZ:ANA:ABA-Agroecologia, 2019. 248p.

GLISSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 658p.

GLISSMAN, S. R. Agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 42, n.6, p. 599-600, 2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo*

desenvolvimento rural sustentável. SAMBUICHI, et al. (Orgs.). Brasília: Ipea, 2017. 463p.

KLOCK FILHO, L. P.; GODOY, W. I.; MARINI, M. J. Análise das redes sociais do grupo Agroecológico Herança Viva – Chapecó/SC. *Informe GEPEC*, v. 20, n. 2, p. 85-100, 2016.

NORDEN, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. Polissemia, pluralismo e controvérsias. *Ambiente & Sociedade*, v. XIX, n. 3, p. 1-20, 2016.

NUNES, E. D. Saúde coletiva: história de uma ideia e de um conceito. *Saúde e Sociedade* v. 3, n.2, p. 5-21, 1994.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? *Revista Saúde Pública*, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

PAULA, N. F.; BEZERRA, I.; PAULA, N. M. Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 262-276, 2022.

PETERSON, P.; DAL SOGLIO, F. K.; COPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168p.

RODE, G. F.; STOFFEL, J.; RAMBO, A. G. PRONAF agroecologia: reflexões sobre o (não) acesso ao subprograma no território da cidadania Cantuquiriguaçu/PR. *Informe GEPEC*, v. 25, n. 1, p. 10-26, 2021.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. *Agroecología ciencia y política*. Sociedad Científica Latino-americano de Agroecologia, SOCLA, 2018. 208p.

SARPA, M.; FRIEDRICH, K. Exposição a agrotóxicos e desenvolvimento de câncer no contexto da saúde coletiva: o papel da agroecologia como suporte às políticas públicas de prevenção do câncer. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 407-425, 2022.

SOARES, L. P.; OLIVEIRA, R. O.; MORAES, D. R. *Agroecologia para adiar o fim do mundo? Investigando discursos e olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia*. Texto apresentado ao GT 06 – Agroecologia e Ação Pública no IV Encontro da Rede de Estudos Rurais. Brasília-DF, 2021.

SOUTO, L. R.; OLIVEIRA, M. H. B. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal. *Ensaio. Saúde Debate* v.40, n.108, p.204-218, 2016.

SILIPRANDI, E. C. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, F.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, n. 29, p. 503-515.2009.

AUTORES:

Ediane Venturim: Psicóloga. Especialista em Saúde Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (RS) e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ediane_venturin@hotmail.com

Samanta Sparremberger Desidério: Nutricionista. Especialista em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública do Rio grande do Sul. Pós-graduada em Comportamento alimentar pelo Instituto de Pesquisa, Ensino e Gestão em Saúde (IPGS). Mestranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da FEEVALE – RS. E-mail: samantasparremberger@feevale.br

Fábio Kessler Dal Soglio: Engenheiro Agrônomo, Mestre em Fitotecnia, Ph.D. Fitopatologia, Professor Titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)-UFRGS. E-mail: fabiods@ufrgs.br

Recebido em 28/12/2022.
Aceito em 02/03/2023.